

As Décadas da Ásia: a questão da escrita da história e sua dimensão política

Rubens Leonardo Panegassi*

As Décadas da Ásia é uma obra de caráter historiográfico escrita pelo humanista português João de Barros. Dividida em quatro partes, teve seu primeiro volume editado em Lisboa, a 28 de junho de 1552. Por sua vez, o segundo e o terceiro volumes vieram a público em 1553, também em Lisboa. O quarto volume foi publicado somente em 1615, em Madri, 35 anos após a morte de João de Barros e foi completada pelo editor João Baptista Lavanha. A elaboração das *Décadas* incorporou a perspectiva humanista do autor alinhada a uma síntese da expansão portuguesa. Nesse sentido, as *Décadas* tratam das navegações marítimas e daquilo que pode ser entendido como a constituição do império português na Ásia, sobretudo à medida que propõe uma unidade de sentido “global” dos descobrimentos.

Tendo em vista a perspectiva do cronista em retratar os feitos portugueses no descobrimento e na conquista do oriente, é notável a dimensão cronológica dessa narrativa. Desse modo, o primeiro volume das *Décadas* se inicia com as viagens de descobrimento na costa ocidental da África ainda no século XV e culmina com a inserção comercial e militar dos portugueses na Ásia já no século XVI. Por sua vez, a segunda *Década* trabalha com uma temporalidade reduzida em relação à primeira e dedica seis livros aos feitos de Francisco de Albuquerque, até sua morte. A *Década* terceira é composta, ainda, dos feitos ligados à administração e consolidação do poder português na Ásia, entretanto, vários são os personagens unidos pela trama narrativa dos livros, entre eles, Lopo Soares de Albergaria, Diogo Lopes de Sequeira, Duarte de Meneses, Vasco da Gama e Henrique de Meneses. Por fim, o quarto volume se inicia com as disputas internas de poder entre os portugueses na Índia, notavelmente entre Lopo Vaz de Sampaio e Pedro de Mascarenhas e termina com a ascensão do governo de Nuno Cunha.

Com efeito, esta obra, que, em linhas gerais, trata do papel histórico desempenhado pela aristocracia portuguesa no contexto da expansão marítima, é representativa do ambiente intelectual no qual foi elaborada: o ambiente cortesão. Tendo isso em vista, é significativo o que escreve um contemporâneo de João de Barros, o francês Michel de Montaigne. Segundo ele,

* Doutorando em História Social pela USP/Professor assistente de História Moderna da UFV. Parte deste trabalho foi financiado pela FAPESP

“ quando leio histórias [...] tenho por hábito atentar antes de mais nada para quem as escreve. Se se trata de profissionais das letras atendo-me em particular ao estilo e à linguagem; se são médicos acredito neles enquanto se referem à temperatura do ar, à saúde, à constituição física dos príncipes, aos ferimentos e às doenças; se são juristas, ouço-os em particular nas discussões acerca do direito, das leis, da fatura dos regulamentos e outros assuntos análogos; se são teólogos, acerca dos negócios da Igreja, das censuras eclesiásticas, das dispensas e dos casamentos; se são cortesãos, a propósito dos costumes e das cerimônias; se são guerreiros, acerca do que lhes diz respeito, e principalmente das ações a que assistiram; se são embaixadores, das gestões, dos contatos e das práticas relativas à diplomacia e à maneira de orientá-los” (MONTAIGNE, 1996: 86)

É notória a lucidez de Montaigne naquilo que tange à escrita da história, principalmente à medida que percebe o quanto ela está condicionada a motivações e interesses que orientam as escolhas dos historiadores ao privilegiarem determinados elementos constitutivos de uma realidade em detrimento de outros. Desse modo, para no debruçarmos sobre as *Décadas da Ásia*, não se pode perder de vista esta importante figura renascentista que é o cortesão.

Com efeito, o cortesão, que ao lado do humanista – figura com a qual muitas vezes se confunde – e do príncipe, é tido como um dos personagens de maior visibilidade da renascença. Anotemos ainda que a corte, além de encarnar os princípios de uma ordenação de caráter político e social, possuía um caráter educativo, onde os jovens eram enviados, primeiramente, na qualidade de pajens para depois serem alçados a escudeiros e em seguida a cavaleiros (BURKE, 1991:101-119). Por sua vez, Diogo Ramada Curto atenta para o fato de que as possibilidades de carreira no interior dessa instituição dependia não apenas do aprendizado do jovem, mas, principalmente, da configuração das facções existentes. O que fazia com que o cálculo de atuação do cortesão exigisse a consideração da carreira ideal, ou seja, a residência na corte desde a juventude, depois pois disso, a preferência pelo serviço nos cargos da guerra e, por fim, os altos cargos de palácio (CURTO, 1997:111-137).

Se dermos crédito às fontes sobre a biografia de João de Barros, podemos compreendê-lo como um cortesão cuja carreira está muito próximo daquela que se idealizava. Em sua obra *Vida de João de Barros*, o grande erudito e historiador

português Manuel Severim de Faria nos dá notícias disso. De acordo com Severim de Faria, “*nasceu João de Barros pelos anos de mil e quatrocentos e noventa e seis. Sobre o lugar da pátria há varia opiniões [...] Uns afirmam que é de Braga [...] outros o fazem de Viseu, onde seu pai foi morador [...] e finalmente muitos o tem por natural do Pombal*” (SEVERIM de FARIA, 1777/1778: VI), e complementa afirmando ter entrado “*João de Barros no serviço do Rei D. Manuel de tão poucos anos, que ele mesmo confessa que à idade do jogo de pião começara a servir no paço*” (SEVERIM de FARIA, 1777/1778: VII). Ou seja, João de Barros entrou para o Paço quando ainda era uma criança.

Sendo assim, João de Barros viveu seu período de formação no Paço. Notavelmente em um momento peculiar da história portuguesa. Charles R. Boxer assinala que os reinados de D. Manuel I e de D. João III são compreendidos como a Idade de Ouro de Portugal e isso não apenas por causa das expansões oceânicas protagonizada pelos portugueses, mas também pela efervescência cultural do humanismo¹ português (BOXER, 1981).

De fato, a formação de João de Barros no Paço é objeto também de Manuel Severim de Faria, que nos relata que, à época de D. Manuel, os reis portugueses costumavam

“mandar doutrinar os moços fidalgos e os da Câmara [...] em toda boa disciplina. E tinham para isso mestres no Paço que lhes ensinavam as línguas, ciências matemáticas, letras humanas, dançar, jogar as armas, e outros virtuosos exercícios. E os mestres tinham certo dia no mês, em que o rei sabia deles quem bem exercitava estas artes, ou se havia remisso, e negligente nelas” (SEVERIM de FARIA, 1777/1778: VIII)

¹ Sobre o termo *humanismo*, vale notar que ele é utilizado correntemente desde o início do século XIX e é derivado da palavra *umanista*. Foi cunhado ao final do século XV para designar professores e estudantes de “humanidades” ou *studia humanitatis*. Por sua vez, a palavra latina *humanitas* (*humanidade* em português e *humanity* em inglês) foi usada com frequência nos discursos de Cícero e, em termos semânticos, se relaciona à palavra grega *paidéia*, cujo significado é *educação* e, também, à palavra *philanthrōpia*, que denota *amor à espécie humana*. A partir do século XIV, a palavra *humanidade* foi revestida com um novo significado pelos “humanistas” italianos, passando a designar o corpo de obras definido que estes “humanistas” tinham como referência para o estudo e imitação: os *studia humanitatis*. Em vista disso, o termo *humanismo* passou a indicar uma série de procedimentos que primavam pela importância do homem e o desenvolvimento de suas faculdades, bem como o respeito aos valores humanos, especialmente àqueles que opõe a humanidade à bestialidade, tais como a amabilidade ou o domínio da linguagem. Cf. UHLIG, Claus. “Humanism”. In: SLOANE, T. O. *Encyclopedia of Rhetoric*. Oxford: Oxford University Press, 2001. pp. 350-359.

Com efeito, ainda de acordo com Severim de Faria, sua dedicação aos estudos lhe valeu uma função que estreitou sua proximidade com o príncipe, uma vez que “*o deu o Rei D. Manuel ao Príncipe D. João por seu moço de guarda-roupa*” (SEVERIM de FARIA, 1777/1778: VIII).

Desse modo, é possível entrever que a vivência de João de Barros no Paço se adequou à exigência de uma formação intelectual abrangente, cujo acesso era garantido pela oportunidade de viver no âmbito da corte. Nesse sentido, no intuito de reforçar a hipótese daquilo que seria a presumível formação de um cortesão português na virada do século XV para o XVI, vale atentarmos para o que escreveu Baldassare Castiglione em seu livro d’*O cortesão*, uma vez que pode nos dar a exata medida do modelo ideal que viria a servir de referência para a formação intelectual enciclopédica desse personagem ainda no decorrer do século XVI. Castiglione pretendia que:

“nas letras ele (o cortesão) seja mais que medianamente erudito, pelo menos nestes estudos que chamamos de humanidades, e não somente da língua latina, mas também da grega tenha conhecimentos para as muitas e várias coisas que nelas estão divinamente escritas. Seja versado nos poetas e não menos nos oradores e historiadores, e exercitado também em escrever versos e prosa, especialmente nesta nossa língua vulgar; pois, além do contentamento que ele próprio terá, com isso nunca lhe faltarão prazerosos entretenimentos com as mulheres, que, em geral, apreciam tais coisas” (CASTIGLIONE, 1997: 67)

O livro de Baldassare Castiglione veio à luz na primeira metade do século XVI, mais precisamente em abril de 1528 e delinea a imagem daquele que seria o perfeito homem de corte. Desde sua origem irredutivelmente nobre, até a exigência social de que tenha profundo conhecimento de gramática e das letras em geral, como a poesia, a história, a retórica, mas também a música, as artes e, sobretudo, a filosofia moral, visto que este último campo de conhecimento lhe permitiria dominar faculdades específicas relacionadas ao caráter, bem como ter experiência em diferentes circunstâncias da vida palaciana, cuja implicação haveria de se desdobrar no pleno exercício de virtudes políticas e intelectuais, tais como a prudência e a discrição (PÉCORA, 1997: VII-XV).

Assim, notemos que os estudos de humanidades compunham a base da

formação do homem de corte. Por sua vez, a devoção entusiástica pelo descobrimento de textos antigos era característica de uma cultura humanista na qual a tradução, a imitação e a emulação compunham os três principais canais de acesso a esses textos. Dentre os textos antigos, eram os dos retóricos que despertavam maior atenção nos círculos humanistas. Sistemáticamente, a retórica seria reivindicada pela maior parte desses estudiosos como auxílio no intuito de conquistar a eloquência, instrumento fundamental para a aquisição de sabedoria e conhecimento. Desse modo a figura do bom orador surgiria como o ideal do perfeito humanista e o domínio da fala seria visto, inclusive, como o fundamento do bom governo (SKINNER, 1996: 61). Por sua vez, essa veneração pelo domínio da linguagem fundamentaria o ideário humanista segundo o qual a dádiva da linguagem estaria na base da distinção entre homens e animais.

Desde a emergência do movimento humanista, tanto o ensino da retórica, quanto a imagem dos retóricos assumiram um caráter ligado efetivamente à vida pública, o que se traduziu, freqüentemente, no cultivo de gêneros literários voltados, principalmente, aos assuntos cívicos, tais como cartas e discursos políticos. Quentin Skinner sugere que, paulatinamente, a dimensão política transcendeu estes gêneros literários para outros contextos, e que isso resultou no surgimento de “*dois novos gêneros distintos de pensamento social e político*” (SKINNER, 1996: 52). Um desses gêneros são os livros de conselhos, que conheceriam seu apogeu na segunda metade do século XV, quando inúmeros tratados foram elaborados tanto para uso dos príncipes, como, também, para o de seus cortesãos. Frente a isso, pode-se dizer que o livro d’*O cortesão* é um exemplo notável nesse gênero (SKINNER, 1996: 54).

O outro gênero literário para o qual Skinner atenta remete às novas crônicas das cidades italianas, cujo objeto era a própria história dessas cidades. Segundo o historiador, este gênero procurava exaltar a liberdade dessas cidades e surgiu como resposta ao debate sobre qual seria o método mais adequado para a preservação da liberdade na vida política das repúblicas italianas à época do Renascimento. Desse modo, a recorrência ao estudo sistemático das repúblicas do passado foi tido como a chave de acesso ao conhecimento político necessário para a melhor organização institucional dessas cidades. Quentin Skinner sugere que nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, de Nicolau Maquiavel, é possível observarmos o exemplo mais bem acabado desse gênero (SKINNER, 1996: 52). Nesse prisma, é

ilustrativo o que escreveu Maquiavel:

“as virtuosíssimas ações que as histórias nos mostram, ações realizadas por reinos e repúblicas antigas, por reis, comandantes, cidadãos, legisladores e outros que se afadigaram pela pátria são mais admiradas que imitadas; vendo, aliás, que as tais ações, em suas mínimas coisas, todos fogem, e que daquela antiga *virtù* não nos ficou nenhum sinal” (MACHIAVELLI, 2007: 6)

Em vista disso, notemos que a história não foi apenas mais uma dentre as disciplinas que compunham os estudos de humanidades, mas sim, foi um componente de relevância no âmbito do amplo leque de conhecimentos com os quais o cortesão deveria se ocupar. Se nos detivermos mais uma vez no livro d’*O cortesão*, ele ainda pode nos revelar algo nesse sentido, uma vez que, para o seu autor, “*o verdadeiro e principal ornamento do espírito [...] são as letras*” (CASTIGLIONE, 1997: 64), o que fazia da escrita uma prática recomendável, mesmo se “*não alcançar tanta perfeição*” (CASTIGLIONE, 1997: 67). Evidentemente, a escrita representava apenas uma dentre tantas outras atividades que o cortesão deveria levar a efeito com elegância e equidade.

Então, João de Barros, homem de corte que registra os feitos portugueses, nos apresenta uma concepção da escrita da história que responde à sua formação humanista. Já em sua *Década I* é possível tomarmos contato com esta concepção, onde, no *Prólogo ao príncipe D. João III*, o autor estabelece, como premissa geral de sua obra, uma necessidade de auto-conservação de todas as coisas, sejam elas obras da natureza, que correspondem àquelas que possuem uma intrínseca virtude generativa para a manutenção de sua espécie em defesa da corrupção, ou sejam elas obras produzidas pela indústria humana, que não possuem a “*virtude animada de gerar outras semelhantes a si*” (BARROS-DÉCADAI, 1988: 1).

Por sua vez, em função da “*brevidade da vida do homem [...] os mesmos homens por conservar seu nome em memória delas (de suas obras), buscaram um divino artifício que representasse no futuro o que eles obravam no presente*” (BARROS-DÉCADAI, 1988: 1). Este artifício são os caracteres das letras, mediante os quais se forma “*a essência das coisas e os racionais conceitos, ao modo de como a fala (o faz) em seu ofício*” porém, com a vantagem de que “*por benefício de perpetuidade precede ao natural da fala*” (BARROS-DÉCADAI, 1988: 2). Com efeito, para João de Barros, a escrita da história estabelece uma continuidade entre presente e futuro, que

mantém, em essência, os eventos que não devem ser esquecidos. Por sua vez, a manutenção artificial desses eventos, obedece a uma demanda sobre a qual João de Barros é eloqüente:

“(a fala), sendo animada, não tem mais vida que o instante de sua pronúncia, e passa, à semelhança do tempo que não tem regresso: e as letras, sendo uns caracteres mortos e não animados, contém em si um espírito de vida [...] elas são uns elementos que [...] fazem passar ao futuro com sua multiplicação [...] por modo mais excelente do que faz a natureza. Pois vemos que esta natureza, para gerar alguma coisa, corrompe e altera os elementos de que é composta, e as letras, sendo elementos de que se compõem, e forma a significação das coisas, não corrompem as coisas, nem o entendimento [...], mas vão-se multiplicando na parte memorativa por uso de freqüentação, tão espiritual em hábito de perpetuidade, que por meio delas, no fim do mundo, tão presentes serão àqueles que então forem nessas pessoas feitos e ditos, como hoje por esta custódia literal, é vivo o que fizeram e disseram os primeiros que foram no princípio dele. E porque o fruto destes atos humanos é muito diferente do fruto natural que se produz da semente das coisas, por este natural fenecer no mesmo homem para cujo uso foram criadas, e o fruto das obras deles é eterno pois procede de entendimento e vontade onde se fabricam e aceitam todas, que por serem partes espirituais as fazem eternas: fica aqui, a cada um de nós, uma natural e justa obrigação, que assim devemos ser diligentes e solícitos em guardar em futuro nossas obras, para com elas aproveitarmos em bom exemplo, como prontos e constantes na operação presente delas, para comum e temporal proveito de nossos naturais” (BARROS-DÉCADAI, 1988: 2)

Com isso, é em face da volatilidade característica da fala que a escrita faculty maior estabilidade. Artífício humano, a escrita se destina a capturar o fenômeno da efemeridade do relato oral. Além disso, podemos notar que esta é uma demanda que corresponde à natural e justa obrigação de preservar o bom exemplo endereçado às gerações futuras. E é, ainda, este mesmo bom exemplo que, para Castiglione, nasce de uma virtude essencial e merece louvor *per si*. Então, esse louvor, instrumentalizado pelo artífício da escrita, garante fidelidade à origem virtuosa do exemplo. Desse modo, a história, na pena de João de Barros, deve ser compreendida como fonte de exemplos e ensinamentos, ao que podemos acrescentar o fato de que ela ecoa uma concepção de história que foi consagrada pela obra de Cícero, a saber, “*a história, testemunha dos*

tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, arauto do passado” (CICERÓN, 2002: 218).

Todavia, não se pode perder de vista que o bom exemplo apresentado pela história se inscreve no âmbito de uma lógica de caráter fundamentalmente político. Diferentemente dos humanistas italianos, que encontravam nesse gênero um instrumento de acesso aos grandes exemplos do passado, os humanistas portugueses se depararam com a especificidade de uma fonte de exemplos que lhes era, também, contemporânea. Em vista disso, o caráter político da escrita fica patente, a princípio, na eleição daquilo que será ou não seu objeto. Nesse sentido, para nos aproximarmos dessa lógica, é fundamental não perder de vista que, se João de Barros pretende descrever os feitos portugueses no descobrimento e conquista do oriente “*por não se perderem da memória dos homens que vierem depois de nós tão gloriosos feitos*” (BARROS-DÉCADAI, 1988: 2), é preciso convir que isso envolve a reputação de cada um dos personagens envolvidos na narrativa. É nessa chave que deve ser lido o excerto que se segue:

“A primeira e mais principal parte da História é a verdade dela; e porém, em algumas coisas, não há de ser tanta que se diga por ela o dito da muita justiça, que fica em crueldade, principalmente nas coisas que tratam da infâmia de alguém, ainda que verdade sejam. E certo que nesta parte mais ganhou no juízo de homens justos e doutos Tucídides, sendo gentio, o qual contando o que cometeu contra os atenienses o retor Antifone, por reverência de tão douta pessoa e de ser seu mestre, calou o modo e gênero de morte que lhe foi dada por muito infame; do que ganhou Suetônio, Paulo Jovio, em seus elogios, que tendo dignidade episcopal descobriu vícios alheios de que muitos não sabiam parte, com que infamou as almas dos defuntos, de quem os ele escreve. Cá destes tais exemplos mais procede licença de vícios, que abstinência deles; porque como evitara a um homem o ímpeto de má inclinação quando Suetônio lhe põe exemplo de muitos em Príncipes ilustres, como foram Imperadores; e tais vícios, que a mesma natureza fecha os olhos e tapa os ouvidos por não ouvir tais torpezas de si. E, verdadeiramente, nunca alguém escreveu estas abominações e abusos que, ante seu juízo, não tenha por culpado nelas, como se vê nas más mulheres que se gloriam em haver muitas porque ficam menos culpadas. Também calar os louvores de alguém ou notar suas taxas por ódio, ou por com prazer a outrem, quanta Salústio perdeu na primeira parte, tanta culpa tem Antonio Nebrissa: na segunda, Salústio calando na sua história algumas coisas que davam louvor a Trelio

pelo ódio que lhe tinha, posto que muitos não pode encobrir, em que foi louvado: e Antonio Nebrissa, por comprazer na crônica que compôs do Rei Dom Fernando de Castela, disse tais abominações do Rei D. Henrique e da Rainha D. Joana sua mulher que, para tão douto Barão fora mais seguro sua consciência e nome por dizer que ditas” (BARROS-DÉCADA III-PRÓLOGO, 1777: sem página)

Em suma, embora a história deva ser verdadeira, João de Barros atenta para a necessidade de dissimular aquilo que por ventura possa difamar seus personagens. Principalmente porque a difamação implica algum grau de cumplicidade do próprio difamador, tal como fica evidente nas palavras do nosso autor, “*nunca alguém escreveu [...] abominações e abusos que, ante seu juízo não tenha por culpado nelas*”. Com efeito, a escrita tem o poder de exaltar ou aviltar a reputação de pessoas e, mais que isso, de linhagens. Desse modo, a reputação dos personagens deve ser preservada na narrativa e, também, o tratamento dispensado a cada um deve estar de acordo com a categoria social a que pertence, tal como sugere João de Barros no caso dos reis e príncipes, sobre os quais “*se deve falar com toda reverência, por dignidade real, que lhes Deus deu*”. (BARROS-DÉCADA III-PRÓLOGO, 1777: sem página)

Assim, a escrita de uma história concebida como mestra da vida e fonte de exemplos à posteridade revela um compromisso político no âmbito de um segmento social específico que é a sociedade estamental cortesã, onde os próprios exemplos fornecidos pela história devem corresponder à dignidade do personagem. A questão que se apresenta intrínseca à lógica política da escrita da história como fonte de exemplos atuante no âmbito de um segmento social específico nos dá a oportunidade de atentarmos àquilo que Michel de Certeau chamou de “a instituição histórica”, tendo em vista a impossibilidade de “*analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função do qual ele se organiza*” (CERTEAU, 2000: 71).

Referências bibliográficas

BARROS, João de. *Ásia*. Décadas I-IV. (fac-símile da quarta edição revista e prefaciada por António Baião). Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

_____. *Décadas da Ásia de João de Barros: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares e terras do Oriente*. V. 1-8 : Década 1-4 de João de Barros (I-1552; II-

1553; III-1563). A década quarta foi completada por João Baptista Lavanha (1615). - Nova ed. - Lisboa : Na Régia Officina Typografica, 1777-1788.

BOXER, Charles R. *João de Barros. Portuguese Humanis and Historian of Asia*. New Delhi: Concept Publishing Company, 1981.

BURKE, Peter. “O cortesão”. In: GARIN, Eugenio. *O homem renascentista*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. pp. 101–119.

CASTIGLIONE, Baldassare, conte. *O cortesão*. Trad. Carlos Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CERTEAU. Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CICERÓN. *Sobre El orador*. Introducción, traducción y notas José Javier Isso. Madrid: Editorial Gredos, 2002.

CURTO, Diogo Ramada. “A cultura política”. In: MATTOSO, José (direção). *História de Portugal*. Terceiro Volume: No alvorecer da Modernidade. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. pp. 111-137.

MACHIAVELLI, Niccolò. *Discurso sobre a primeira década de Tito Lívio*; glossário e revisão técnica Patrícia Fontoura Aranovich; tradução MF; edição de texto Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MONTAIGNE, Michel de. *Ensaaios*. Volume 1. Trad. Sérgio Milliet. Ed. Nova cultural: São Paulo, 1996.

PÉCORA, Alcir. “Prefácio à edição brasileira. A cena da perfeição”. In: CASTIGLIONE, Baldassare, conte. *O cortesão*. Trad. Carlos Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Martins Fontes, 1997. pp. VII-XV.

SEVERIM de FARIA, Manuel. *Vida de João de Barros por Manuel Severim de Faria e índice geral das quatro décadas da sua Ásia* (1624).- Nova ed. - Lisboa : Na Régia Officina Typografica, 1777-1788.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

UHLIG, Claus. “Humanism”. In: SLOANE, T. O. *Encyclopedia of Rhetoric*. Oxford: Oxford University Press, 2001. pp. 350-359.